

As favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte: desafios e perspectivas*

Berenice Martins Guimarães

Antes de entrar no objetivo de análise deste artigo, é importante prestar alguns esclarecimentos sobre as circunstâncias em que se deu a sua produção. Ele é parte de uma pesquisa mais ampla – *Metrópole, desigualdades socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte* – que vem sendo realizada dentro do programa Pronex e da qual fazem parte estudos de algumas regiões metropolitanas do país, em especial Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Porto Alegre.

O estudo sobre favelas na região metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – está sendo realizado segundo duas vertentes. A primeira trabalha essencialmente com a questão enquanto Unidades Espaciais Homogêneas Faveladas – UEHFAV – definidas a partir da identificação dos setores censitários apontados pelo Censo Demográfico como favelas, áreas consideradas UEH especiais. O enfoque de análise centra-se, especialmente, na caracterização e evolução socioespacial dessas unidades no período 1980/1991 e privilegia o estudo comparativo da situação das UEHFAV em relação às demais UEH.

Se, de uma parte, essa abordagem é rica como possibilidade de análise comparativa do processo evolutivo da segregação urbana, de outra, no entanto, apresenta limitações quando nos reportamos ao dimensionamento do fenômeno favela. Na medida em que na composição da UEHFAV foram excluídas as favelas cujo número de moradias era insignificante, bem como aquelas que não apresentaram heterogeneidade em relação ao entorno imediato, perdem-se informações sobre o universo. Outra limitação é que a caracterização da UEHFAV baseada exclusivamente em critérios censitários pode oferecer distorções, às vezes incluindo como favela moradias faveladas e não faveladas.¹

A segunda vertente trata, especificamente, da favela como tal, ou seja, a análise centra-se na evolu o e nas características dessas áreas em rela o   Região Metropolitana como um todo, não levando em conta a questão da desigualdade socioespacial em rela o às demais UEH, objeto específico de análise da primeira vertente.

A análise da situa o das favelas sofre constrangimentos devido   forma como os dados censitários existentes estão disponibilizados para tratamento e análise. A necessidade de enfrentar essas limita es impõe a defini o de uma metodologia específica no tratamento dos dados, visando a sua utiliza o para identificar e caracterizar esse universo. Explicitar os critérios utilizados para identificar os setores da favela na RMBH, na segunda vertente de análise, bem como os desafios encontrados para a realiza o de tal empreendimento,   o objetivo deste trabalho, que está centrado em dois eixos: o primeiro relacionado às questões metodológicas no uso dos dados censitários no estudo de favelas, e o segundo aos resultados preliminares de uma análise comparativa da situa o das favelas na Região Metropolitana de Belo Horizonte nos anos 80 e 91 e dessas em rela o   rela o   Região como um todo quanto às dimensões do universo, principais características das moradias, acesso aos serviços de infra-estrutura urbana e o perfil socioecon mico da popula o.

A identifica o do universo de favelas na RMBH

Considerando, de um lado, a forma como o Censo Demográfico trata a questão das favelas nos anos de 1980 e de 1991 e, de outro, a disponibilidade de mapas e de informa es nas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte,² a identifica o das áreas de favela foi feita de maneira diferenciada para esses anos.

De acordo com o Censo Demográfico, em 1980 havia favelas em apenas três municípios da Região Metropolitana: Belo Horizonte, Betim e Contagem. Em 1991 o Censo identifica favelas em sete municípios, embora assinala a existência de "casas faveladas"³ de constru o sem a propriedade do terreno e de domicílios improvisados em vários municípios e, às vezes, em números significativos. São eles: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

Em 1991, a identifica o dos setores censitários em que existem favelas nos municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem obedeceu   seguinte metodologia: a partir dos mapas temáticos de favelas existentes nas Prefeituras Municipais, nos quais se tem a mancha de ocupa o das áreas de favela, foi feita, por superposi o com o mapa de setores censitários, a identifica o dos setores ocupados por favela, assim como o cálculo do percentual de ocupa o das casas faveladas em cada setor. Os resultados foram comparados com os setores de favela identificados pelo Censo, visando a corrigir possíveis erros.

A fim de evitar contaminação de dados, em razão da existência de vizinhanças diferentes, especialmente no caso de Belo Horizonte, onde parte significativa das favelas encontra-se localizada em áreas de classe média e média alta (é o que ocorre principalmente nas regionais Centro Sul e Leste da cidade), adotou-se como critério para seleção dos setores censitários de favela a serem analisados somente aqueles cuja ocupação estivesse acima de 90% de domicílios favelados. Quanto às demais regionais⁴, o critério adotado foi de 70%, no caso dos municípios de Betim e Contagem, também, o percentual foi de 70%, uma vez que nesses municípios a maioria das favelas não se encontra em localização privilegiada na cidade, não se verificando a heterogeneidade de vizinhança.

Quanto aos demais municípios – Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano –, em virtude da inexistência de mapas de localização das favelas, não foi possível desenvolver qualquer metodologia; foram considerados para identificação e análise do universo os setores censitários apontados pelo Censo Demográfico.

Ainda que se reconheça que a metodologia e os critérios adotados para a identificação e seleção de setores censitários para a análise das favelas possam conter imperfeições, acredita-se, no entanto, que sejam bem menores que as resultantes da utilização direta dos setores censitários favelados identificados no Censo Demográfico de 1991 do IBGE.

Para o ano de 1980, a situação é bem diferente. De um lado, o Censo diferencia setores favelados e não favelados nos Arquivos de Setores Censitários da pesquisa amostral (embora tal distinção não apareça nos arquivos de microdados), o que cria limitações operacionais. De outro, a disponibilidade de informações é uma raridade nas prefeituras municipais, sendo o município de Belo Horizonte o único que dispõe de mapa de favelas para aquele ano. Nesse caso, a identificação dos setores censitários de favela foi feita a partir dos mesmos critérios adotados para 1991.

Quanto aos demais municípios – Betim e Contagem –, a identificação e caracterização das favelas acompanham os critérios adotados pelo Censo Demográfico. No caso de Betim, o conhecimento prévio da favela da Fiat possibilitou, através de análise da caderneta dos recenseadores, a identificação de setores favelados que não constavam no Censo, permitindo maior aproximação da realidade então existente.

Disponibilidade e tratamento dos dados

Definido o universo dos setores censitários a ser pesquisado para análise das favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte em 1980 e 1991, e considerando que o Censo Demográfico de 1980, diferentemente do de 1991, não possui um código de identificação de setores favelados, o Arquivo de Setores Censitários que originou as informações aqui utilizadas foi o da pesquisa amostral.⁵

Os números amostrais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 podem ser vistos abaixo. Representam 25% do universo pesquisado em 1980 e 10% em 1991.

Variáveis	Números amostrais	Universo
Popula�o total 1980	627.124	2.540.094
Popula�o de favela 1980	48.892	199.332
Popula�o total 1991	348.644	3.436.060
Popula�o de favela 1991	32.451	316.778
Domicílios total 1980	138.528	538.493
Domicílios de favela 1980	10.944	42.337
Domicílios total 1991	84.703	839.620
Domicílios de favela 1991	7.111	70.464

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

Tornar comparáveis os dados de 1980 e 1991 foi uma questão a ser enfrentada na elabora o deste trabalho. Considerando que ao longo da realiza o dos Censos Demográficos são introduzidas mudanças não são quanto às informa es existentes mas também quanto   forma como elas se encontram disponibilizadas, ainda que reconhecendo que isso se traduz em melhoria e enriquecimento dos dados, impõe-se a necessidade de ajustes para que se possa realizar uma análise comparativa da situa o.

No estudo sobre favelas na Região Metropolitana de Belo Horizonte não foi possível realizar a análise comparativa da situa o dos domicílios quanto   qualidade da constru o – se rústicos ou duráveis –, uma vez que o Censo de 1991 não dispõe dessa informa o, o mesmo acontecendo com rela o ao acesso aos serviços de energia elétrica. O Censo de 1980 não traz informa es sobre o destino do lixo, que somente passam a ser incluídas em 1991.

No caso de algumas variáveis, há informa es, mas a forma como estão disponíveis dificulta a compara o. Enquanto no Censo de 1980 a renda da popula o está disponibilizada por classe total, em 1991 ela   domiciliar, o que levou a necessidade de se trabalhar a variável renda a partir da Popula o Economicamente Ativa – PEA. No caso da escolaridade da popula o em 1980, a informa o   disponibilizada pelo *grau da última série concluída*, enquanto que, em 1991, ela aparece como *anos de estudos* da popula o. Daí a necessidade de desenvolver c culos específicos e fazer adapta es, a fim de tornar compatíveis os dados de 1980 com os de 1991.

Por último,   importante salientar que a análise aqui apresentada   preliminar e abrange apenas algumas variáveis. Trata-se da primeira incursão em uma análise comparativa das favelas de uma Região Metropolitana com base em dados censitários ainda pouco explorados.

As favelas da Região Metropolitana

De acordo com o Censo em 1980, são 42.337 os domicílios de favela, com uma população de 199.332 habitantes, o equivalente a, respectivamente, 7,8% e 7,9% do total. Em 1991 são 70.464 domicílios, com 316.778 moradores, o equivalente a 8,4% do total de domicílios permanentes e a 9,2% da população total, o que indica um aumento proporcional da população e de domicílios favelados na Região (Tabelas 1 e 2).

No período 80/91 registra-se uma taxa de crescimento da população total de 2,78% ao ano, enquanto que a da população moradora de áreas de favela cresceu quase o dobro, 4,30. Quanto às taxas de crescimento dos domicílios, são semelhantes nos dois censos, seja para os domicílios em geral e para os de áreas de favela, 4,12 e 4,74, e superiores às taxas de crescimento da população, o que explica a diminuição da densidade domiciliar na Região Metropolitana no período, como se verá adiante.

Tanto em 1980 quanto em 1991 a maioria das favelas está localizada em Belo Horizonte, vindo, a seguir, os municípios de Contagem e Betim. No entanto, em 1991, quando se analisa a proporção dos domicílios em áreas de favela em relação ao total, ocorrem mudanças nessa ordem. Betim passa a ocupar o primeiro lugar, com aproximadamente 15% dos seus domicílios em área de favela, seguido de Contagem e Belo Horizonte, ambos com 10,6% e, por último, os municípios de Sabará, 7,8%, Vespasiano, 6,1%, Ribeirão das Neves, 4,9% e Santa Luzia, 2,1% (Guimarães, 1987).

Tabela 1 – RMBH: população total e de Favela – 1980 e 1991

População	Ano		Pop. fav./Pop. total		Tx. cresc. 80/91
	1980	1991	1980	1991	
Total	2.540.094	3.436.060	7,8	9,2	2,78
De favela	199.332	316.778			4,30

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

Tabela 2 – RMBH: domicílios total e de Favela – 1980 e 1991

Domicílios	Ano		Dom. fav./Dom. total		Tx. cresc. 80/91
	1980	1991	1980	1991	
Total	538.493	839.620	7,9	8,4	4,12
De favela	42.337	70.464			4,74

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

Tabela 3 – Domicílios particulares permanentes total e de Favela – 1980 e 1991

Domicílios	Características					
	Perm.	%	Improv.	%	Total	%
Total 1980	138.091	99,68	437	0,32	138.528	100,00
Favela 1980	10.907	99,66	37	0,34	10.944	100,00
Total 1991	84.287	99,51	416	0,49	84.703	100,00
Favela 1991	7.073	99,47	38	0,53	7.111	100,00

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

Embora a maioria dos domicílios seja permanente, observa-se, no entanto, um ligeiro acréscimo dos domicílios improvisados no período 1980/91, seja no total de domicílios ou no de favelas, provável conseqüência da crise habitacional vivenciada no país a partir dos anos 80, provocada, entre outros fatores, pela crise no Sistema Financeiro da Habitação e que acabou por determinar a extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH , em 1986.

O que primeiro se observa   que, entre 1980 e 1991, há uma queda na densidade domiciliar na Região Metropolitana, especialmente nos domicílios em geral, mas também nas áreas de favela. Ainda que, em 1980, não se verifique diferença na densidade domiciliar entre o total de moradias e o de favela, em 1991, no entanto, essa diferença   significativa. Em 1991, enquanto o número médio de moradores por domicílio   de 4,0, essa média eleva-se para 4,5 nas áreas de favela na Região Metropolitana.

Essa melhora   provocada, entre outros fatores, pelo aumento do número médio de cômodos e de quartos por domicílio verificada no período 80/91, tanto em geral quanto nas áreas de favela.

Quanto   condi o de ocupa o no período 80/91, há um acréscimo do percentual de domicílios próprios em detrimento dos alugados, ao mesmo tempo que também aumenta a propor o de domicílios cedidos. O fato de se encontrar um percentual significativo de domicílios próprios entre os de favela, e também de outra condi o, revela a situa o das favelas, onde os moradores se declaram proprietários da casa cuja

Tabela 4 – RMBH: densidade de ocupa o em domicílios particulares permanentes total e de Favela – 1980 e 1991

M�dias	1980		1991	
	total	favela	total	favela
Morador/domicílio	4,72	4,71	4,09	4,50
C�modo/domicílio	5,26	3,47	5,99	4,51
Quarto/domicílio	1,99	1,63	2,01	1,82

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

Tabela 5 – RMBH: condição de ocupação em domicílios particulares permanentes total e de Favela – 1980 e 1991 em %

Domicílios	Condição de Ocupação				Total
	próprio	alugado	cedido	outro	
Total 1980	60,55	29,17	8,93	1,35	100,00
Favela 1980	72,86	17,38	5,30	4,45	100,00
Total 1991	71,39	18,59	9,49	0,53	100,00
Favela 1991	84,45	8,2	6,07	1,32	100,00

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

propriedade do terreno ainda não tenham. Ao mesmo tempo é bastante significativa a queda dos domicílios alugados em áreas de favela na Região Metropolitana, que passa de 17% para 8% no período 80/91.

Se as diferenças até então verificadas entre o total de domicílios, entre os quais acham-se os incluídos os de favela, não são tão notáveis, no que diz respeito às condições de infra-estrutura urbana elas se fazem sentir.

Analisando-se as condições de abastecimento de água nos anos 80 e 91, no total de domicílios e em áreas de favela, verifica-se que houve uma melhora significativa no atendimento, seja quanto ao total de domicílios e, especialmente, nas áreas de favela, onde o atendimento passa de 70% para 90% no período. Essa situação é o resultado de investimentos realizados pelas prefeituras municipais, especialmente as de Belo Horizonte, Betim e Contagem, municípios que abrigam o maior número de favelas.

Comparando-se os domicílios de favela com os demais, verifica-se que o atendimento, ainda que tenha melhorado, está longe de ser satisfatório, e que as diferenças são significativas. Enquanto 88% do total de domicílios são atendidos por rede, nas favelas esse índice cai para 78%, sendo também significativas as diferenças no que diz respeito à existência ou não de canalização interna nas moradias. Enquanto 91% do total de domicílios dispõem de canalização interna, nas áreas de favelas menos de 80% das moradias a possuem.

Tabela 6 – RMBH: condições de abastecimento de água em domicílios particulares – permanentes total e de Favela – 1980 e 1991 em %

Domicílios	Total dom.	Condições de abastecimento de água								% de atend.
		com canalização interna				sem canalização interna				
		rede	poço	outra	total	rede	poço	outra	total	
Total 1980	100,00	63,18	5,82	0,98	69,99	11,3	13,33	5,38	30,01	74,48
Favela 1980	100,00	29,41	2,18	0,69	32,28	31,86	19,05	16,81	67,72	61,27
Total 1991	100,00	88,45	2,73	0,53	91,72	4,98	1,81	1,49	8,28	93,43
Favela 1991	100,00	78,05	0,44	1,22	79,72	14,41	1,71	4,17	20,28	92,46

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

Tabela 7 – RMBH: condi es de esgotamento sanitário em domicílios particulares permanentes total e de Favela – 1980 e 1991 em %

Domicílios	Total dom.	Condi�es de esgotamento e instala�o sanitária											não tem	% de atend.	
		instala�o sanitária s� do domicílio						instala�o sanitária comum a mais de um							
		rede	fos.s�p	fos.rud	outra	NR	total	rede	fos.s�p	fos.rud	outra	NR			total
Total 1980	100,00	45,89	1,24	30,19	3,48	0,05	80,84	3,80	0,24	9,86	1,00	0,05	15,0	4,19	74,48
Favela 1980	100,00	13,68	1,88	38,34	7,42	0,00	61,32	4,25	0,74	20,83	3,90	0,10	29,8	8,81	61,27
Total 1991	100,00	68,24	1,60	16,73	5,04	0,04	91,66	3,57	0,18	1,53	0,66	0,00	5,95	2,39	93,43
Favela 1991	100,00	48,14	1,63	19,34	13,00	0,00	82,16	6,62	0,28	2,52	2,00	0,00	11,4	6,42	92,46

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG

Ao se analisarem as condi es de esgotamento sanitário, as diferenças tornam-se ainda maiores. Enquanto, em 1980, apenas 13% dos domicílios em área de favela tinham acesso   rede de esgoto, em 1991 esse percentual se eleva para 48% – mas são 20% a menos do que o total de domicílios. Aqui vale o comentário: embora tenha havido uma melhora e significativa do atendimento, especialmente nas áreas de favela, o percentual de domicílios que não têm acesso   rede de esgoto ainda   relevante. Em 1991, 30% dos domicílios da Região Metropolitana utilizam outras formas de esgotamento que não a rede (Tabela 7).

Os dados até aqui analisados permitem afirmar que no período 1980/91, a denominada “década perdida”, houve uma melhoria significativa, especialmente nas condi es de infra-estrutura urbana na Região Metropolitana, tanto nas áreas não faveladas quanto nas de favela, havendo um salto qualitativo, ainda que diferenciado em áreas de favela e não faveladas, das condi es de moradia e de acesso aos serviços urbanos. Ao mesmo tempo registra-se um aumento, embora pouco significativo, dos domicílios improvisados, o que revela a dificuldade da popula o em ter acesso   moradia.

Perfil socioecon mico da popula o

O perfil socioecon mico da popula o   construído com base em três variáveis: grau de escolaridade, nível de renda e categorias socioocupacionais definidas a partir da variável *ocupa o e inser o no mercado de trabalho*.

Começando pela escolaridade, medida pelo grau da última série concluída, o que primeiro se observa   que não existem diferenças significativas entre o nível de escolaridade da popula o em geral e a moradora de favela, seja em 1980 ou em 1991. Em 1980, 40% da popula o da Região Metropolitana acima de 5 anos não havia concluído qualquer grau de ensino: em torno de 30% tinha o grau elementar e menos de 10% havia completado o 1  grau. Nas áreas de favela reproduz-se essa distribui o, com percentuais diferenciados, ou seja, 47,5%, 36,9% e menos de 10%. A diferencia o se verifica quanto

aos níveis de educação superiores: enquanto 4% da população em geral havia completado o 2º grau, apenas 1% dos moradores de favela o fizera e, quanto ao ensino de nível superior, a diferença é ainda mais significativa: aproximadamente 4% da população tem o 3º grau enquanto que nas áreas de favela esse percentual é de menos de 1%.

Comparando-se a situação no período 80/91, observa-se uma melhora no grau de escolaridade da população em geral e de favela: diminui o percentual daqueles que não possuem qualquer instrução e aumenta substancialmente a população com 1º grau completo, cujo percentual passa de menos de 10% para 21% da população e 29% entre moradores de favela. Aumenta também o percentual dos que concluíram o 2º grau, de 4% para 9% no geral e de 1% para 3% entre os favelados. Quanto ao ensino de nível superior, registra-se melhora apenas entre a população em geral, cujo percentual aumenta de 3% para 5%. Entre os moradores de favela esse acréscimo é pouco significativo. Quanto à pós-graduação não se verifica mudança no índice entre os moradores de favela e mesmo quanto à população em geral essa é muito pouco expressiva.

Para análise de renda e das categorias ocupacionais optou-se, como colocado no início do trabalho, por trabalhar com a População Economicamente Ativa – PEA. Isso porque, enquanto em 1991 é possível obter informações sobre a renda familiar e individual, em 1980 só existem dados sobre a renda individual.

O que primeiro chama a atenção na distribuição da PEA total e moradora de favela pelas faixas de renda, definidas com base no salário mínimo, são os baixos níveis de rendimentos auferidos pela População Economicamente Ativa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente a moradora de favela.

Considerando-se que na PEA acham-se incluídos os desempregados, ainda assim os dados revelam uma situação crítica, especialmente quando comparada à situação em

Tabela 8 – RMBH: grau última série concluída população total e de Favela (*) – 1980 e 1991

Grau última série concluída	1980		1991	
	total	favela	total	favela
nenhum	41,30	47,50	37,18	44,85
alfabetizados	0,19	0,28	0,19	0,17
primário/elementar	32,32	36,92	19,79	19,92
ginasial médio	6,07	3,28	3,81	1,82
1º grau	8,65	9,99	21,60	29,09
2º grau	4,11	1,09	9,32	3,46
colegial médio	3,56	0,52	2,45	0,25
superior	3,65	0,39	5,45	0,42
mestrado/doutorado	0,13	0,02	0,20	0,02
total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG.

(*) Dessas populações acham-se excluídos as crianças menores de 5 anos.

1980 e 1991. Se, em 1980, a distribui o da PEA pelas faixas já revela os baixos níveis de renda auferidos, em 1991 eles se tornam ainda menores. Em 1980, aproximadamente 21% da popula o recebia até 1 s lrio mínimo, percentual que nas áreas de favela se eleva para 30%. Quando se considera a faixa de 0 a 3 s lrios mínimos – definida pelo poder público como o contingente da pobreza objeto da políticas e programas sociais – têm-se que, em 1980, 68,8% da PEA enquadra-se neste perfil, percentual que se eleva para 89,8% nas áreas de favela. Menos de 10% da PEA tem rendimentos acima de 5 s lrios mínimos, sendo que nas áreas de favela esse percentual   de 2%, o que revela a dimensão e o nível de pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em 1991 esse quadro se agrava. Aumenta o percentual dos que ganham até 1 s lrio mínimo para aproximadamente 39% na PEA total e 51% entre os moradores de favela. Aumentam também para 74,4% e 92,2% os percentuais dos que recebem até 3 s lrios mínimos. Ao mesmo tempo observa-se uma queda dos percentuais nas faixas salariais mais altas, seja na PEA total, seja na moradora de favela, o que revela a piora das condi es de vida da popula o e o aumento do desemprego no período.

Quando se considera que esses resultados são os obtidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, que faz parte da Região Sudeste do Brasil, evidencia-se um fen meno já bastante assinalado na literatura da metr poliza o da pobreza, ou seja, a constata o da existência, nas regiões metropolitanas de estados considerados os mais ricos do país, de índices de pobreza e condi es de vida semelhantes aos até então característicos das áreas mais pobres, como   o caso do Norte e Nordeste brasileiros.

Tabela 9 – Distribui o da PEA total e moradora de Favela da RMBH por Faixa de renda – 1980 e 1991

Renda	1980		1991	
	total	favela	total	favela
até 1/4 SM	1,58	2,22	1,20	2,00
+ 1/4 a 1/2 SM	4,54	6,96	15,72	24,86
+ 1/2 a 3/4 SM	5,30	7,54	8,70	14,34
+ 3/4 a 1 SM	9,37	13,74	13,10	18,12
+ 1 a 2 SM	32,2	45,08	24,58	25,65
+ 2 a 3 SM	15,83	14,28	11,10	7,33
+ 3 a 5 SM	14,07	6,90	11,10	4,47
+ 5 a 10 SM	9,50	2,22	7,82	1,52
+ 10 a 15 SM	3,17	0,30	2,44	0,22
+ 15 a 20 SM	1,43	0,14	1,15	0,13
+ 20 SM	2,38	0,23	1,64	0,07
sem rendimento	0,40	0,30	0,25	0,20
sem declara�o	0,23	0,11	1,20	1,11
total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG.

Com relação às Categorias Socioocupacionais – CAT, cabem aqui algumas observações, Quando se analisa a distribuição da população pelas categorias, vê-se que, independentemente do período, enquanto a PEA total está concentrada nas ocupações da categoria classe média, entre a moradora de favela predomina a categoria operários, com variações percentuais ao longo do período analisado.

Fazendo um paralelo entre a distribuição percentual da PEA pelas categorias com maior freqüência tem-se, em 1980, em primeiro lugar classe média, seguida de operários e subproletariado. Em 1991, altera-se um pouco essa ordem, vindo a classe média, seguida da operários e do proletariado terciário. Verifica-se também mudanças nos percentuais: mantém-se o da classe média, diminui em 4% as ocupações na categoria operários e há um pequeno aumento percentual do proletariado terciário.

Quanto à PEA de favela, em 1980 predomina a categoria operários, vindo a seguir a classe média e o subproletariado. Em 1991 mantém-se a mesma distribuição, que apresenta, no entanto, variações percentuais: há uma diminuição de 9% da categoria operários, cresce em 4% a classe média e em 2% o subproletariado.

Na leitura da distribuição das categorias ao longo do período, comparando-se a situação da PEA total e de favela, verifica-se que há uma queda da elite dirigente e um aumento da pequena burguesia, embora esse aumento seja mais significativo na PEA total (de 2,55%). As ocupações da categoria elite intelectual aumentam na PEA total e diminuem na favela. Há um aumento significativo das ocupações de classe média entre a PEA de favela, enquanto que as de proletariado aumentam quase que em índices semelhantes entre a PEA total e de favela. A categoria operários diminui, sendo mais significativa a queda dessa categoria entre a PEA de favela. Quanto ao subproletariado, o percentual dessa categoria diminui na PEA total e aumenta na de favela. Já as ocupações agrícolas apresentam um acréscimo pouco significativo, seja na PEA total ou de favela.

Tabela 10 – RMBH: categorias socioocupacionais, população economicamente ativa – PEA – total e de Favela – 1980 e 1991

Categorias	1980		1991	
	total	favela	total	favela
elite dirigente	1,17	0,09	1,04	0,06
pequena burguesia	5,97	4,01	8,48	5,56
elite intelectual	5,04	0,81	5,53	0,65
classe média	35,32	20,47	35,55	24,09
proletário terciário	11,45	14,83	12,60	15,99
operários	27,33	42,11	23,02	33,52
subproletários	12,46	17,34	11,94	19,38
ocupações agrícolas	1,25	0,35	1,85	0,74
total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG.

Os dados indicam mudanças na estrutura ocupacional no período, especialmente nas áreas de favela, com o aumento percentual de categorias que não são características dessa áreas, como   o caso da pequena burguesia, classe média e proletariado terciário, mas registra, ao mesmo tempo, um aumento percentual do subproletariado

A partir desses resultados,   possível uma dupla interpretação, ainda mais quando se consideram os níveis de renda. A presença das categorias pequena burguesia e classe média pode ser um indicador de empobrecimento e dificuldade de acesso   moradia. Nessa perspectiva, as áreas de favela passam a ser objeto de procura por contingentes da população que até então moravam em outras áreas, em geral periféricas, das cidades, como solução alternativa de moradia.

Em uma outra  tica, a questão passa pela necessidade de fazer ajustes na metodologia de identificação das categorias, que poderia estar levando a distorções. Nesse sentido, elaborou-se o cruzamento das variáveis renda e categorias ocupacionais da PEA de favela, em 1991, visando a esclarecer a situação.

Como pode se observar na Tabela 11, há distorções na identificação dessas categorias, em especial a da pequena burguesia, a classe média e a elite intelectual, cujos níveis de rendimento comprometem a própria definição das categorias, o que indica a necessidade de ajustes futuros, quando da análise mais refinada dos dados.

Tabela 11 – RMBH: categorias ocupacionais *versus* nível de renda, população economicamente ativa Favela – 1991

Renda real total	Categorias de ocupação								Total
	agrícola	elite dirigente	pequena burguesia	elite intelectual	classe média	proletário terciário	operários	sub-proletário	
até 1/4 SM	6	–	7	–	17	41	24	144	239
+ 1/4 a 1/2 SM	28	–	48	9	254	850	757	1.021	2.967
+ 1/2 a 3/4 SM	13	–	34	7	158	521	611	367	1.711
+ 3/4 a 1 SM	15	–	53	8	236	650	843	358	2.163
+ 1 a 2 SM	14	0	101	18	453	846	1.300	329	3.061
+ 2 a 3 SM	6	–	55	5	183	165	403	58	875
+ 3 a 5 SM	3	–	90	16	118	116	182	8	533
+ 5 a 10 SM	1	–	38	9	35	44	50	4	181
+ 10 a 15 SM	–	2	6	3	5	6	4	–	26
+ 15 a 20 SM	–	–	3	3	3	4	2	–	15
+ 20 SM	–	5	1	–	2	–	–	–	8
sem rendimento	1	–	–	–	1	18	4	–	24
sem declaração	1	–	–	–	13	45	49	24	132
total	88	7	436	78	1.478	3.306	4.229	2.313	11.935

Fonte: Censos Demográficos de Minas Gerais de 1980 e 1991. Arquivos de Setores Censitários. Dados trabalhados pelo CEURB/UFMG.

Considerações finais

Um balanço da situação em áreas de favela, entre 1980 e 1991, revela diferenças entre as condições de moradia dessas áreas e as demais e, ao mesmo tempo, que ao longo do período ocorreram melhorias no acesso aos serviços de infra-estrutura urbana e também quanto à qualidade das moradias, através do registro do aumento do número médio de cômodos e quartos por domicílio.

Em contrapartida, há um acréscimo, ainda que pouco significativo, dos domicílios improvisados, revelando a dificuldade da população em ter acesso à moradia.

Mudanças também se verificam no perfil econômico, com a melhora do grau de escolaridade, alterações na estrutura ocupacional de seus moradores, embora tenha ocorrido no período uma piora acentuada dos níveis de renda e do desemprego que, no entanto, não é característica apenas das áreas de favela. Essa situação induz às seguintes questões: estaria ocorrendo mudança do perfil da população moradora de favela, que apresenta maior grau de escolaridade, de qualificação para o mercado de trabalho, o que explicaria o surgimento de novas ocupações entre a sua população trabalhadora? Ou o que está acontecendo é a transferência para as áreas de favela de uma população até então moradora de outras áreas – uma estratégia de acesso à moradia? Ou ambas as situações estão ocorrendo? Nesse caso, as áreas de favela continuam a ser o lugar de moradia da população mais pobre, mas também passaram a abrigar uma população menos carente, mais educada e qualificada, com perfil socioocupacional diferenciado.

Como afirmado no início, os resultados aqui apresentados são preliminares e a manipulação de dados, especialmente os de 1980, serviu como “balão de ensaio”, uma vez que até então eram pouco trabalhados. As respostas a essas questões dependem de aprofundamento, de “refinamento” no tratamento dos dados e subsequente análise, que deverá incluir, principalmente, o cruzamento de variáveis, uma vez vencidos os desafios, como os que foram aqui enfrentados, para compatibilizá-los.

A análise da situação das favelas sofre estrangulamentos em razão da forma como os dados censitários existentes estão disponibilizados, impondo limitações à análise. A necessidade de enfrentar essas limitações enseja uma colaboração entre pesquisadores das quatro metrópoles quanto à definição de uma metodologia específica para esses casos, com explicação e acordo quanto aos critérios a serem adotados.

Berenice Martins Guimarães

Professora visitante da UENF e pesquisadora do Ceurb/UFMG.

Notas

- * Gostaria de agradecer a Saulo Guimarães Vasconcelos de Souza, responsável pela elaboração das tabelas, cuja dedicação e empenho tornaram possível a realização desta análise comparativa, e a João Gabriel Teixeira pela leitura cuidadosa e discussão do texto.
1. Como já comentado em outro trabalho, a metodologia adotada pelo Censo para definir setores favelados – a existência de 50 casas ou mais contíguas em um setor – acaba por introduzir distorções na análise, uma vez que abrange moradias faveladas e não faveladas. Maiores informações a respeito, ver Guimarães (2000, pp. 351-374).
 2. Em 1980 a Região Metropolitana de Belo Horizonte era composta por 14 municípios – Belo Horizonte, Bet m, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. A partir da Constituição Estadual de 1989 a eles se somam os municípios de Brumadinho, Esmeraldas e Mateus Leme. Pela Lei Complementar Estadual 26/93, Juatuba e São José da Lapa, emancipados de Mateus Leme e Vespasiano, respectivamente, são também institucionalizados como municípios metropolitanos. Em dezembro de 1995 a RMBH passa a ter 26 municípios, resultado de novas emancipações ocorridas com a inclusão de mais quatro municípios: Sarzedo e Mario Campos, até então distritos de Ibirité, São Joaquim de Bicas pertencente a Igarapé e Confins a Lagoa Santa, ratificadas através da Lei Complementar Estadual n. 48/97 que incorporou ainda mais dois municípios, Florestal e Rio Manso. Em 2000 esse número se eleva para 35, com a agregação de mais nove municípios, a saber: Baldim, Barão de Cocais, Capim Branco, Itabirito, Jaboticatubas, Matozinhos, Nova União, Santa Bárbara e Taquaraçu de Minas.
 3. Denominação retirada do Censo e que se refere a um tipo de domicílio que não atende aos padrões adequados de moradia, mas que não se encontra localizado em áreas identificadas como de favela.
 4. A cidade de Belo Horizonte   dividida em nove regionais: Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.
 - 5- A pesquisa do Censo Demográfico abrange o universo em que se contempla um conjunto limitado de variáveis e por amostra que inclui um número maior de informações.

Bibliografia

- GUIMARÃES, B. M. (1987). *A situação habitacional na Região Metropolitana e em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Ceurb/UFMG.
- _____. (2000). "As vilas-favelas de Belo Horizonte – o desafio dos números". In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan.
- LAGO, L. C. e RIBEIRO, L. C. Q. (1996). "A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades". In: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, S. (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação   reforma urbana*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

- LIPIETZ, A. (1996). "Globalização, reestruturação produtiva e impacto infra-urbano". SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO DO SOLO: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES. *Polis*, número especial, n. 27. Anais. São Paulo.
- MARICATO, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hucitec.
- RIBEIRO, L. C. Q. e PECHMAN, R. M. (1983). *O que é questão da moradia*. São Paulo, Brasiliense.
- TASCHNER, S. P. (1992). Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 36, pp. 77-90.